

BOLETIM

DE CONJUNTURA INDUSTRIAL

SETEMBRO 2012



BOLETIM

DE CONJUNTURA INDUSTRIAL

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI

Mauro Borges Lemos

Presidente

Maria Luisa Campos Machado Leal

Diretora

Clayton Campanhola

Diretor

Otávio Silva Camargo

Chefe de Gabinete

Rogério Dias de Araújo

Coordenador

Carlos Henrique de Mello Silva

Técnico

Equipe Técnica:

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI

Rogério Dias de Araújo – *Coordenador Inteligência Competitiva*

Carlos Henrique de Mello Silva – *Técnico*

Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/Unicamp

Fernando Sarti – *Diretor*

Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia - NEIT/IE-Unicamp

Fernando Sarti – *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT/IE-UNICAMP*

Célio Hiratuka – *Coordenador do Projeto ABDI/NEIT/IE-UNICAMP*

Adriana Marques da Cunha – *Coordenação Executiva*

Beatriz Freire Bertasso – *Coordenação de Informações*

Carolina Baltar – *Pesquisadora*

Fernanda Ultremare – *Pesquisadora*

Lídia Ruppert – *Pesquisadora*

Marcelo Loural – *Pesquisador*

Marco Antonio Martins da Rocha – *Pesquisador*

Alessandra Celani de Macedo – *Auxiliar de Pesquisa*

Anna Lúcia Pozzetti de Abreu – *Auxiliar de pesquisa*

Marina Segura Zavatti – *Auxiliar de Pesquisa*

Murilo Batista – *Auxiliar de Pesquisa*

Vanessa Moraes Lugli – *Auxiliar de Pesquisa*

Projeto Gráfico

Marina Proni

Revisão

Vernaculum Comunicações Internacionais

APRESENTAÇÃO

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), foi criada em dezembro de 2004 com a missão de promover a execução da Política Industrial do Brasil, em consonância com as políticas de Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia (Lei 11.080/2004). Seu principal foco encontra-se em programas e projetos estabelecidos pela política industrial brasileira. A Agência também é parte integrante do Grupo Executivo do Plano Brasil Maior, tendo como responsabilidade a articulação e a consolidação de seus programas e ações, bem como seu monitoramento.

Com o intuito de acompanhar a evolução da indústria brasileira, a ABDI desenvolve um conjunto de estudos e pesquisas de inteligência industrial que orienta seu trabalho e auxilia o governo brasileiro na definição e desenvolvimento de ações no âmbito da política industrial. Entre eles, o *Boletim de Conjuntura Industrial* que disponibiliza informações e análises sobre a evolução da indústria brasileira, destacando as principais dificuldades enfrentadas e as oportunidades de aceleração de seu desenvolvimento.

O *Boletim de Conjuntura*, com periodicidade trimestral, tem sido desenvolvido em parceria com o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Na primeira parte desta edição do *Boletim*, destacam-se a desaceleração do crescimento da economia brasileira e o movimento contracionista da formação bruta de capital fixo no segundo trimestre de 2012. Observa-se, inclusive, a intensificação da contração da taxa de investimento, colocando obstáculos não negligenciáveis para a recuperação da indústria e da economia brasileira. Ressalta-se, contudo, o crescimento do consumo das famílias e do governo e sua importância para a manutenção do modesto desempenho positivo da economia brasileira no segundo trimestre de 2012. A contração

da indústria brasileira e a recuperação da agropecuária também são apontadas como fatores importantes do segundo trimestre do ano.

A segunda parte do *Boletim* trata da questão do emprego e da massa salarial na indústria brasileira em período recente. Destaca-se a desaceleração da geração de emprego industrial, embora de forma menos acentuada do que a sofrida pela produção física, acompanhada pela contração da massa salarial das contratações líquidas no segundo trimestre de 2012. Sinaliza-se a redução do poder de compra dos trabalhadores, propensa a afetar negativamente as expectativas empresariais quanto à evolução da demanda e à rentabilidade de novos projetos de investimento, desestimulando, por consequência, a recuperação econômica brasileira.

ECONOMIA E INDÚSTRIA BRASILEIRA NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2012

O segundo trimestre de 2012 foi marcado pelo modesto crescimento da economia brasileira e pelo desempenho negativo da atividade industrial. O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado elevou-se somente 0,4% na comparação com o primeiro trimestre de 2012, descontando-se os efeitos sazonais (Tabela 1). Constatou-se um pequeno aumento de 0,5% em relação ao mesmo período de 2011, reafirmando a tendência de desaceleração do crescimento do produto brasileiro, observada a partir do segundo trimestre de 2010, tomando como base os dados dos mesmos trimestres dos anos anteriores. Ademais, o crescimento acumulado nos últimos quatro trimestres terminados em junho de 2012 reduziu-se para 1,2%, deixando transparecer, uma vez mais, a per-

da de dinamismo da economia brasileira percebida na série de dados acumulados em 12 meses desde o quarto trimestre de 2010.

A indústria brasileira sofreu contração no segundo trimestre de 2012 comparado ao primeiro trimestre do ano (-2,5%) depois de se ter destacado positivamente frente às demais atividades econômicas no primeiro trimestre de 2012 relativo ao último trimestre de 2011 (1,7%), sempre considerando a série livre de influências sazonais (Tabela 1). A deterioração do comportamento da indústria brasileira também pode ser observada na comparação com o segundo trimestre de 2011 (-2,4%) e no acumulado em quatro trimestres encerrados em junho de 2012 (-0,4%). A indústria de transformação teve papel decisivo

Tabela 1 - Taxa de Variação do PIB por Atividades e por Componentes da Demanda (I/2012 e II/2012) (em %)

	Taxa trimestral contra trimestre imediatamente anterior(*)		Taxa trimestral contra mesmo trimestre do ano anterior		Taxa acumulada nos últimos quatro trimestres	
	I/2012	II/2012	I/2012	II/2012	I/2012	II/2012
Agropecuária	(5,9)	4,9	(8,5)	1,7	0,8	1,5
Indústria	1,7	(2,5)	0,1	(2,4)	0,7	(0,4)
Extrativa Mineral	-	-	2,2	(1,8)	2,9	1,7
Transformação	-	-	(2,6)	(5,3)	(1,1)	(2,9)
Construção Civil	-	-	3,3	1,5	3,1	2,9
Eletricidade, gás e água	-	-	3,6	4,3	3,5	3,7
Serviços	0,6	0,7	1,6	1,5	2,2	1,6
PIB a preço básico	0,1	0,4	0,6	0,4	1,7	1,1
PIB a preços de mercado	0,1	0,4	0,8	0,5	1,9	1,2
Consumo das famílias	0,9	0,6	2,5	2,4	3,2	2,5
Consumo da adm. pública	1,6	1,1	3,4	3,1	2,3	2,2
Formação bruta de capital fixo	(1,5)	(0,7)	(2,1)	(3,7)	2,1	(0,3)
Exportação de bens e serviços	(0,3)	(3,9)	6,6	(2,5)	5,1	2,8
Importação de bens e serviços (-)	(0,4)	1,9	6,3	1,6	8,2	5,0

(*) Com ajuste sazonal.

Nota: Os dados incorporam a revisão da série histórica realizada e divulgada pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados analisados nos boletins de conjuntura industrial anteriores. Dados do 2o trimestre de 2012 são preliminares. Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

para a retração da indústria brasileira, novamente ofuscando o desempenho positivo da construção civil nos períodos citados. No acumulado em doze meses terminados em junho de 2012, destacou-se a preocupante redução da indústria de transformação (-2,9%). A indústria extrativa não conseguiu manter o crescimento apresentado no primeiro trimestre de 2012, sofrendo redução no período de abril a junho do ano corrente frente a igual período de 2011 (-1,8%). Ademais, a extrativa mineral apresentou desaceleração de seu crescimento no acumulado em quatro trimestres encerrados em junho de 2012 (para 1,7%).

Como destacado nos boletins de conjuntura anteriores (Março e Junho de 2012), mantém-se a preocupação do governo brasileiro com o desempenho da indústria, afetado negativamente pela dificuldade de recuperação dos investimentos e de ampliação do consumo interno, bem como pelo contexto de incerteza na economia mundial, principalmente na região europeia, somada ao acirramento da concorrência de produtores estrangeiros os quais mostram maior agressividade na disputa por mercados externos. Há de se destacar que o governo tem procurado criar e reforçar uma ampla gama de incentivos, incluindo estímulos creditícios e tributários, à indústria brasileira, considerando seus efeitos positivos sobre as demais atividades econômicas. Espera-se um desempenho mais promissor da atividade industrial brasileira no segundo semestre do ano em resposta às medidas recentemente anunciadas pelo governo.

Por sua vez, houve recuperação da atividade agropecuária que voltou a apresentar crescimento no segundo trimestre de 2012 na comparação com o mesmo trimestre de 2011 (1,7%) e com o primeiro trimestre de 2012 (4,9%), realizado o ajuste sazonal (Tabela 1). Isso significou a reversão de seu desempenho negativo apresentado no primeiro trimestre de 2012, o qual decorreu dos prejuízos causados à agricultura pelas secas no Sul e Nordeste do país, como ressaltado no *Boletim de Conjuntura Industrial de Junho de 2012*. O produto agropecuário brasileiro apresentou modesto aumento no acumulado em doze meses findos em junho de 2012 (1,5%), vislumbrando, contudo, trajetória de recuperação.

Nos detalhes dos componentes da demanda interna, observou-se crescimento do consumo do governo (1,1%) e das famílias (0,6%), sustentando o modesto desempenho do produto bra-

sileiro (0,4%) no segundo trimestre cotejado ao primeiro trimestre de 2012 em série dessazonalizada (Tabela 1). Na comparação com o segundo trimestre de 2011, ambos apresentaram crescimento (3,1% e 2,4%, respectivamente), embora a taxas mais modestas do que as observadas no primeiro trimestre do ano corrente frente ao mesmo período do ano anterior. O consumo do governo assumiu maior participação na sustentação da demanda interna nos dois primeiros trimestres de 2012 comparados a iguais períodos de 2011. Com base nos dados acumulados em doze meses findos em junho de 2012, tanto o consumo do governo quanto o das famílias apresentaram taxas de variação positivas, embora em trajetória de desaceleração (2,2% e 2,5%, respectivamente). Na série de dados acumulados, o consumo das famílias tem superado o do governo na sustentação da demanda interna em todo o período posterior à crise financeira internacional.

Há de se destacar, ademais, o papel das importações no segundo trimestre em relação ao primeiro de 2012 (1,9%, com ajuste sazonal), superando inclusive os demais componentes da demanda interna (Tabela 1). Com relação ao segundo trimestre do ano passado, seu crescimento foi relativamente mais modesto (1,6%), mas liderou o aumento acumulado em quatro trimestres findos em junho de 2012 (5,0%), sobressaindo-se frente ao crescimento do consumo das famílias e do governo no mesmo período. Mantém-se, portanto, a preocupação com os reflexos do acirramento da competição internacional e da persistente entrada de produtos importados no mercado brasileiro sobre a produção doméstica.

O desempenho dos investimentos tem-se mantido como ponto central de preocupação no ano de 2012. O destaque negativo dentre os componentes da demanda interna ficou novamente por conta da formação bruta de capital fixo. Pelo quarto trimestre consecutivo, os investimentos apresentaram contração com relação aos trimestres imediatamente anteriores, em série dessazonalizada (-0,7% no segundo trimestre de 2012), além de terem sofrido retração, pelo segundo trimestre consecutivo, na comparação com os mesmos períodos do ano passado (Tabela 1). Acentuou-se o desempenho negativo dos investimentos no segundo trimestre de 2012 em relação ao mesmo período de 2011 (-3,7%), ficando abaixo somente do movimento de contração observado nos primeiros trimestres de

2009 comparados a iguais períodos de 2008. No acumulado em doze meses findos em junho de 2012, houve redução da formação bruta de capital fixo (-0,3%), o que havia sido observado pela última vez no acumulado do ano de 2009.

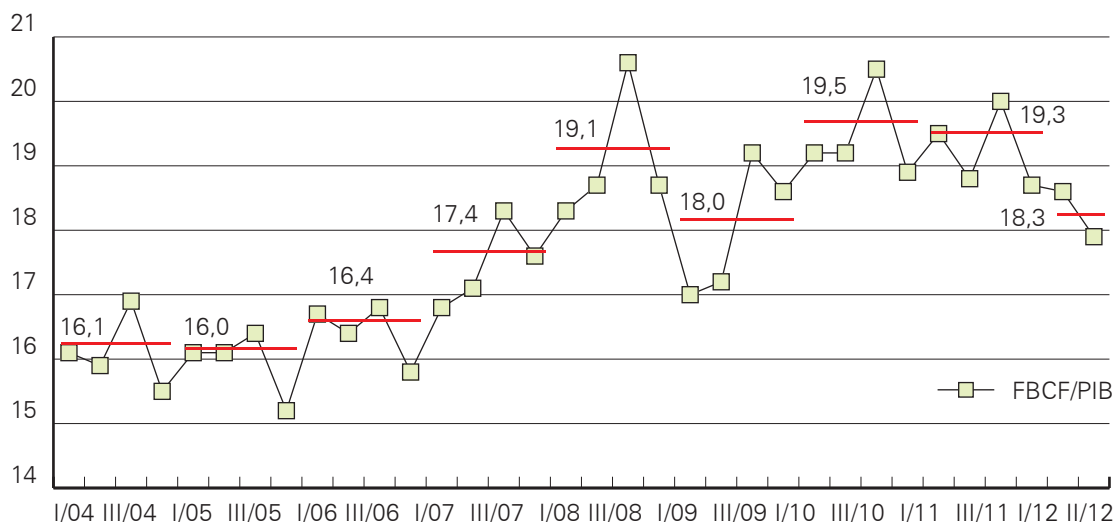
A expressiva contração da taxa de investimento brasileira no segundo trimestre de 2012 (para 17,9%) promoveu sua aproximação ao nível médio observado em 2009 (Gráfico 1). A trajetória descendente da taxa de investimentos, iniciada no último trimestre do ano passado, acentuou-se de forma preocupante, colocando limites ao desempenho futuro da economia brasileira. Os investimentos têm sido negativamente afetados pela persistente crise internacional e o incerto crescimento doméstico. A redução da formação bruta de capital fixo tem-se combinado ao aumento, mesmo que modesto, do produto interno brasileiro, produzindo a contração da taxa de investimento brasileira ao longo dos últimos trimestres.

Contribuindo para configurar um ambiente de estímulo ao consumo e ao investimento, encontram-se, dentre outras políticas e medidas governamentais: i) manutenção da política de retração gradativa dos juros básicos e de desvalorização da moeda nacional; ii) diminuição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre operações de crédito ao consumidor; iii) isenção ou redução, inclusive prorrogada, do Imposto so-

bre Produtos Industrializados (IPI) para produtos específicos (tais como móveis, eletrodomésticos de linha branca e automóveis); iv) ampliação da desoneração da folha de pagamentos para um maior número de setores; v) disponibilidade e redução de juros de linhas especiais de crédito do BNDES, incluindo o Programa de Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame) e o Programa de Sustentação do Investimento (PSI); vi) incentivo a compras governamentais com margens de preferência para o produtor nacional (PAC-Equipamentos); vii) esforço de aceleração de investimentos em infraestrutura a partir, por exemplo, da criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e do Programa de Investimentos em Logística o qual inclui concessão das rodovias e ferrovias ao setor privado; viii) mais recentemente, redução dos custos de energia elétrica. Espera-se que esse conjunto atual de estímulos ao consumo e ao investimento possa servir de alavanca para a recuperação da economia e indústria brasileiras em futuro próximo.

No que se refere ao comportamento da demanda externa, destacou-se a contração das exportações brasileiras no segundo trimestre frente ao primeiro de 2012 (-3,9%, descontando-se os efeitos sazonais) e a igual período do ano passado (-2,5%) (Tabela 1). No acumulado em doze meses encerrados em junho de 2012, notou-se cla-

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Investimento
(I/2004 a II/2012) (em %)



Nota: Os dados incorporam a revisão da série histórica realizada e divulgada pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados analisados nos boletins de conjuntura industrial anteriores. Dados do 2o trimestre de 2012 são preliminares. Fonte: Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE.

ramente a perda de ímpeto do crescimento das exportações (para 2,8%), acentuando-se um movimento de desaceleração inaugurado no primeiro trimestre de 2011. Reafirmam-se, portanto, a conhecida e persistente dificuldade de retomada da demanda dos principais países consumidores desenvolvidos e o acirramento da concorrência nas transações comerciais internacionais, refletindo-se de forma adversa sobre o desempenho das exportações brasileiras. Vale notar, por fim, que a queda das exportações, agravada pelo crescimento das importações, contribuiu decisivamente para o fraco crescimento do produto brasileiro no período analisado.

Dados da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF/IBGE) permitem detalhar o desempenho da indústria brasileira no segundo trimestre de 2012. Comparando os dados do segundo trimestre de 2012 com os de igual trimestre de 2011, observou-se a tendência de intensificação do encolhimento da produção física da indústria de transformação (para -4,8%) e da indústria geral (para -4,5%) combinada ao crescimento insuficiente da produção extrativa (0,3%) (Tabela 2). No acumulado em doze meses terminados em junho de 2012, observou-se, também, maior retração da produção física da indústria de transformação (-2,5%) e da indústria geral (-2,3%), conseguindo ofuscar o tímido incremento da produção extrativa (0,7%). O movimento de desaceleração do crescimento, substituído, nos primeiros dois trimestres de 2012, pela contração da produção física da indústria brasilei-

ra, tem sido observado desde o último trimestre de 2010 com base na evolução das taxas de variação acumulada em doze meses, calculadas ao final de cada trimestre do ano. Houve redução da produção física da indústria de transformação (-1,4%) e, conseqüentemente, da indústria geral (-1,1%) no segundo trimestre em relação ao primeiro trimestre de 2012, em série livre de influências sazonais (Tabela 2). A indústria de transformação sofreu, inclusive, aceleração de sua contração marginal do primeiro para o segundo trimestre do ano corrente, com ajuste sazonal. O resultado positivo da produção física da indústria extrativa no mesmo período (2,0%) suavizou, contudo, o desempenho negativo da produção industrial brasileira, não sendo assim, suficiente para compensar o movimento descendente da produção da indústria de transformação.

Os últimos dados disponíveis referentes ao mês de julho de 2012 mostram modesto aumento da produção física da indústria geral e indústria de transformação (0,3% para ambas) e ligeiro encolhimento da indústria extrativa (-0,1%) na comparação com o mês de junho de 2012, com ajustes sazonais (PIM-PF/IBGE). Dessa forma, as últimas taxas disponíveis de variação mensal da produção física da indústria brasileira deixam transparecer a reversão do comportamento negativo da produção industrial que deverá ser observado e analisado de forma mais cuidadosa em futuro próximo.

Detalhando o desempenho da produção industrial por categorias de uso, observou-se ex-

Tabela 2 - Taxa de Variação da Produção Industrial Brasileira (III/2011 a II/2012) (em %)

Atividades	III 2011	IV 2011	I 2012	II 2012
Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)				
Indústria Geral	(0,6)	(1,8)	(1,1)	(1,1)
Indústria Extrativa	0,4	1,4	(3,3)	2,0
Indústria de Transformação	(0,8)	(1,9)	(0,8)	(1,4)
Taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior				
Indústria Geral	0,2	(1,9)	(3,1)	(4,5)
Indústria Extrativa	0,2	2,4	(0,2)	0,3
Indústria de Transformação	0,2	(2,1)	(3,3)	(4,8)
Taxa de variação acumulada nos últimos quatro trimestres				
Indústria Geral	2,5	0,4	(1,0)	(2,3)
Indústria Extrativa	5,1	2,1	1,3	0,7
Indústria de Transformação	2,4	0,2	(1,2)	(2,5)

Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

pressiva contração da produção dos bens de capital no segundo trimestre de 2012 frente a igual trimestre de 2011 (-11,7%), embora de forma menos acentuada do que no primeiro trimestre de 2012 em comparação ao mesmo trimestre de 2011 (-13,3%) (Tabela 3). As quedas mensais observadas em maio (-12,0%) e em junho (-15,2%) do ano corrente na comparação com os mesmos meses do ano passado lideraram a contração do segundo trimestre (PIM-PF/IBGE). No acumulado em doze meses encerrados em junho de 2012, pode-se também notar a retração da produção de bens de capital (-5,5%), inclusive acentuando o movimento contracionista já apontado nos doze meses terminados em março de 2012 (-2,0%). Reverteu-se o desempenho positivo e relativamente diferenciado que a produção de bens de capital havia apresentado nos três últimos trimestres de 2010 e nos três primeiros trimestres de 2011 frente às demais categorias de uso. As dificuldades enfrentadas pelos investimentos têm contribuído para tal comportamento negativo da produção física de bens de capital tanto na comparação com o ano passado quanto nos dados acumulados em doze meses.

Há de se considerar, entretanto, a recuperação da produção física dos bens de capital no segun-

do trimestre comparado ao primeiro trimestre de 2012, realizado o ajuste sazonal (3,6%), depois de dois trimestres seguidos de preocupante contração marginal (Tabela 3). O último dado disponível de julho comparado ao mês de junho de 2012, com ajuste sazonal (1,0%), confirmou, mesmo que de forma modesta, o movimento ascendente da produção física de bens de capital (PIM-PF/IBGE). Somente na comparação marginal, portanto, o comportamento da produção dos bens de capital parece ser mais promissor. Resta observar, nos próximos trimestres do ano, a resposta dos investimentos e da produção doméstica de bens de capital aos incentivos recentes adotados pelo governo brasileiro.

Destacou-se também a retração da produção física de bens de consumo duráveis no segundo trimestre de 2012 na comparação com o mesmo trimestre de 2011 (-7,1%), apesar de atingir uma taxa de variação inferior àquela observada no primeiro trimestre de 2012 frente a igual período de 2011 (-11,6%) (Tabela 3). Considerando a evolução dos dados acumulados em doze meses terminados no último mês de cada trimestre do ano, observou-se, inicialmente, uma desaceleração do crescimento da produção de bens duráveis desde o acumulado em 2010. Essa desaceleração se-

Tabela 3 - Taxa de Variação da Produção Industrial por Categorias de Uso (III/2011 a II/2012) (em %)

Categorias de uso	III 2011	IV 2011	I 2012	II 2012
Taxa de variação trimestral em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)				
Bens de capital	0,6	(4,2)	(11,5)	3,6
Bens intermediários	(0,9)	(0,5)	(1,2)	(0,9)
Bens de consumo duráveis	(2,2)	(3,8)	(1,6)	0,4
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	0,6	(1,0)	1,6	(3,0)
Taxa de variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior				
Bens de capital	4,0	(1,5)	(13,3)	(11,7)
Bens intermediários	(0,4)	(0,8)	(1,5)	(3,4)
Bens de consumo duráveis	(2,2)	(9,5)	(11,6)	(7,1)
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	0,3	(1,0)	1,4	(1,8)
Taxa de variação acumulada nos últimos quatro trimestres				
Bens de capital	5,4	3,2	(2,0)	(5,5)
Bens intermediários	1,4	0,3	(0,5)	(1,5)
Bens de consumo duráveis	0,8	(2,0)	(6,1)	(7,6)
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	0,7	0,0	0,1	(0,3)

Nota: Os dados incorporam a eventual revisão dos números anteriormente divulgados pelo IBGE. Podem existir, portanto, diferenças com relação aos dados contidos nos boletins de conjuntura industrial anteriores.

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF)/IBGE.

guida por um movimento de retração a partir do acumulado em 2011, com tendência de intensificação, chegou a uma redução significativa da produção de duráveis (-7,6%) no acumulado em doze meses findos em junho de 2012. Tal comportamento acumulado da produção física de bens de consumo duráveis refletiu as dificuldades enfrentadas pelos fabricantes de veículos automotores para passageiros, que apresentaram expressiva retração de produção (-12,5%) no acumulado em quatro trimestres terminados em junho de 2012.

Pode-se observar, entretanto, um modesto crescimento da produção física dos bens de consumo duráveis no segundo frente ao primeiro trimestre de 2012, em série livre de efeitos sazonais (0,4%), depois de quatro trimestres seguidos de retração marginal (Tabela 3). Para tal crescimento, contribuiu o desempenho da produção de veículos automotores, que apresentou significativa recuperação no segundo comparado ao primeiro trimestre de 2012, com ajuste sazonal (8,7%). Assim, superou dois trimestres seguidos de contração marginal e, especialmente, reverteu a expressiva redução que havia sido observada no primeiro trimestre do ano corrente frente ao último trimestre do ano passado (-19,2%). Confirmou-se a expansão da produção dos bens duráveis em julho comparado ao mês de junho de 2012 (0,8%), seguindo o desempenho positivo verificado em junho frente a maio de 2012 (4,8%), realizados os ajustes sazonais. No que diz respeito a tal movimento expansionista, há de se destacar a ampliação da produção de veículos automotores em julho frente a junho de 2012 (4,9%), acentuando o comportamento positivo observado em junho referente a maio de 2012 (3,0%), feitos os ajustes sazonais (PIM-PF/IBGE). Dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) mostraram a produção recorde de veículos – automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus – em agosto de 2012 (329,3 mil unidades). Isso representou uma elevação de mais de 10% sobre o mês de julho, levando as montadoras a atingir um recorde histórico de produção mensal em agosto de 2012 (Anfavea, setembro de 2012).

A adoção de medidas tributárias e creditícias pelo governo brasileiro, como a redução do IPI e o corte do IOF para operações de crédito ao consumidor, certamente beneficiaram as vendas e a produção de veículos automotores e eletrodomésticos de linha branca, contribuindo para a re-

cuperação do desempenho da produção de bens de consumo duráveis. Espera-se a manutenção dos estímulos à produção de duráveis devido à prorrogação das medidas governamentais recentemente adotadas, aprofundando a recuperação dessa categoria de uso no ano corrente.

Por sua vez, o desempenho da produção brasileira de bens intermediários depende da sustentação da demanda externa por insumos básicos e produtos primários e da retomada da atividade econômica doméstica. A demanda externa tem sido prejudicada pela dificuldade de recuperação do crescimento das economias desenvolvidas e pela perda de dinamismo das economias emergentes, como a China. Ademais, o modesto crescimento da própria economia brasileira não tem conseguido sustentar a demanda interna por bens intermediários. Como consequência, houve intensificação da contração da produção física no segundo trimestre de 2012 frente ao mesmo período de 2011 (para -3,4%) (Tabela 3). A taxa de variação acumulada em quatro trimestres terminados em junho de 2012 mostrou, também, retração da produção (-1,5%). Contrariando o movimento marginal ascendente da produção dos bens de capital e bens duráveis do primeiro para o segundo trimestre de 2012, em série livre de flutuações sazonais, houve redução da produção de bens intermediários no mesmo período (-0,9%), mantendo o comportamento marginal contracionista observado para essa categoria de uso nos trimestres anteriores. Notou-se, contudo, ligeira elevação da produção dos bens intermediários em julho frente a junho de 2012 (0,5%), revertendo o encolhimento marginal observado mensalmente desde março do ano corrente, após a realização dos ajustes sazonais (PIM-PF/IBGE).

A produção dos bens de consumo semiduráveis e não duráveis, historicamente dependente da evolução da renda e da demanda interna, também apresentou redução, embora mais modesta do que para as demais categorias de uso, no segundo trimestre do ano corrente comparado ao mesmo período do ano passado (-1,8%) e no acumulado em doze meses findos em junho de 2012 (-0,3%). Isso significou a reversão de um comportamento positivo apresentado pelos bens semiduráveis e não duráveis no primeiro trimestre do ano (Tabela 3). Seguindo o comportamento observado para os bens intermediários, embora de forma mais acentuada, a produção dos bens semiduráveis e não duráveis apresentou contração

no segundo comparado ao primeiro trimestre de 2012, em série livre de efeitos sazonais (-3,0%). O comportamento de tal categoria de uso reflete a perda recente de dinamismo da demanda interna brasileira. Cabe lembrar, inclusive, que alguns setores incluídos na citada categoria de uso têm sofrido diretamente os efeitos adversos da concorrência de produtos importados, considerando que a contração de sua produção física tem sido acompanhada pelo aumento do volume importado. Medidas governamentais recentes têm sido direcionadas ao incremento das vendas e produção dos bens de consumo semiduráveis e não duráveis, incluindo, como citado em boletim anterior, a ampliação do alcance da desoneração tributária sobre a folha de pagamentos e a postergação do recolhimento de impostos para alguns setores pertencentes à categoria de uso, como o setor têxtil e de calçados.

Nos detalhes dos dados da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) do IBGE, nota-se que a maioria dos setores industriais (23 dos 27 setores incluídos) apresentou contração ou reduzido crescimento (entre 0,3% e 2,8%) de produção física no segundo trimestre de 2012 frente ao mesmo período de 2011. O setor de fumo apresentou o pior desempenho dentre os setores industriais analisados (-22,2%), seguido pelo setor produtor de material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-20,5%) e pelos produtores de veículos automotores (-15,8%), que ainda não haviam concretizado os efeitos das medidas governamentais estimuladoras do consumo e da produção. O setor de máquinas e equipamentos manteve, no segundo trimestre, a redução de sua produção física já observada no primeiro trimestre de 2012 com relação ao mesmo período de 2011 (repetindo a contração trimestral de -3,7%). Somente quatro (4) setores industriais inclusos na pesquisa do IBGE (dos 27 setores analisados) apresentaram crescimento um pouco mais significativo de sua produção física no segundo trimestre de 2012 comparado a igual período de 2011: outros equipamentos de transporte (8,4%); madeira (6,0%); perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (5,6%) e bebidas (3,6%) (PIM-PF/IBGE).

A análise da produção física por categorias de uso e por subsetores industriais no segundo trimestre de 2012 mostrou a generalização de sua contração quando a base de comparação encontra-se no ano passado, refletindo a retração

da formação bruta de capital fixo, os níveis reduzidos do crescimento do consumo das famílias e do governo e, com maior peso em alguns casos, a dificuldade de retomada ou a desaceleração da demanda externa. Isso reforça a necessidade de recuperação dos investimentos e da atividade industrial e econômica brasileira diante da incerteza quanto à evolução dos grandes centros de produção e consumo mundial e da intensificação da competição internacional que têm acarretado constante confronto entre produtos importados e nacionais pelo mercado doméstico, alterando o desempenho da produção doméstica. As iniciativas do governo brasileiro têm caminhado no sentido de reforçar os incentivos ao investimento e à produção industrial, visando a sua contribuição positiva ao crescimento da economia brasileira.

O detalhamento do comportamento do comércio externo brasileiro pode contribuir para a compreensão do comportamento geral do produto brasileiro e das dificuldades específicas enfrentadas pela produção industrial.

O comércio externo brasileiro apresentou um superávit de US\$ 4,6 bilhões no segundo trimestre de 2012, muito inferior ao atingido no segundo trimestre de 2011 (US\$ 9,8 bilhões) (FUNCEX). Isso decorreu da significativa queda das exportações (-7,4%) tendo em vista o tímido crescimento das importações (0,4%) no mesmo período (Gráfico 3). Para a contração dos valores exportados no período citado, contribuiu a queda tanto do volume exportado (-3,8%) quanto dos preços de exportação (-3,7%). Para o aumento dos valores importados no mesmo período, contribuiu a modesta elevação do índice de preço (0,3%) e a estagnação do volume importado. A dificuldade de recuperação da demanda externa acompanhada do acirramento da concorrência internacional, assim como os problemas de competitividade enfrentados por diversos setores industriais brasileiros, afetou o comportamento negativo das exportações brasileiras no segundo trimestre do ano corrente. O reduzido crescimento do produto brasileiro fez-se acompanhar, por sua vez, pelo desempenho recente das importações brasileiras. O movimento de desvalorização da moeda nacional não conseguiu animar a balança comercial brasileira, principalmente, tendo em vista o cenário internacional ainda muito adverso.

Os últimos dados de comércio externo disponíveis, referentes a julho de 2012 comparado ao mesmo mês de 2011, confirmam a tendência de-

clinante do superávit comercial (-8,3%). Tanto as exportações quanto as importações reduziram-se em torno de 5% em relação ao mesmo período do ano passado (FUNCEX). Para tal resultado, podem ter contribuído também, de forma mais localizada, as greves dos fiscais da Receita Federal e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

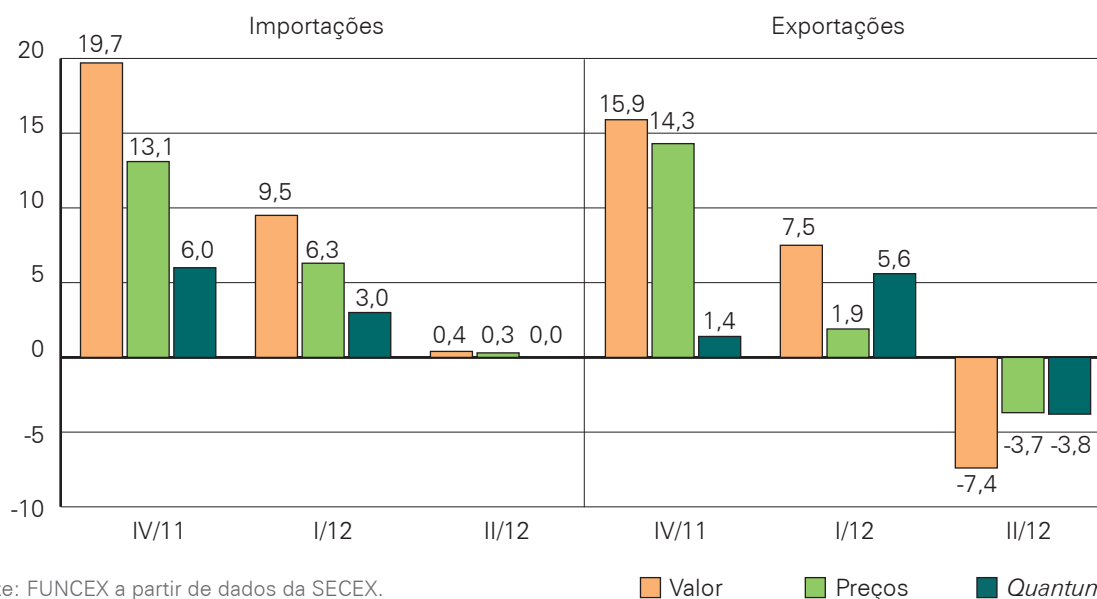
O comportamento decrescente das exportações no segundo trimestre de 2012 diferenciou-se daquele observado tanto no último trimestre de 2011 quanto no primeiro trimestre de 2012 frente a iguais períodos de anos anteriores, quando houve aumento dos valores exportados (respectivamente, 15,9% e 7,5%) (Gráfico 2). No último trimestre de 2011, o aumento das exportações brasileiras havia sido liderado pela elevação dos preços de exportação (14,3%) com modesta participação do *quantum* exportado (1,4%) e, no primeiro trimestre de 2012, pela expansão da quantidade exportada (5,6%) com menor participação dos preços dos produtos exportados (1,9%). Dados de exportação do segundo trimestre do ano mostraram, portanto, reversão preocupante do comportamento positivo das vendas externas brasileiras em período recente.

Todas as categorias de uso apresentaram queda de suas exportações no segundo trimestre de 2012 comparado ao mesmo trimestre de 2011. Os bens de capital e os de consumo duráveis lideraram a contração dos valores exportados (-13,7%

e -12,2%, respectivamente) como resultado exclusivo da diminuição das quantidades exportadas (-15,7% e -16,4%, respectivamente), considerando o aumento de seus preços de exportação no mesmo período (FUNCEX). Tal comportamento pode ser observado no caso dos combustíveis, pois o encolhimento de sua quantidade exportada (-10,7%) também liderou a contração de seu valor exportado (-7,4%) no período analisado. O aumento de preço de exportação dos combustíveis da mesma forma não conseguiu contrabalançar a queda do *quantum* exportado, como ocorreu com os bens de capital e os bens duráveis. Esse movimento contracionista das exportações das distintas categorias de uso diferenciou-se daquele observado no primeiro trimestre do ano corrente, quando houve generalização do aumento das exportações por todas as categorias de uso (*Boletim de Conjuntura Industrial de Junho de 2012*).

No caso específico das importações brasileiras, como destacado anteriormente, observou-se que a tímida elevação dos valores importados (0,4%) decorreu da combinação do modesto aumento dos preços de importação (0,3%) e da estagnação do *quantum* importado no período de março a junho de 2012 em relação ao mesmo período de 2011 (Gráfico 2). Tal comportamento das importações no segundo trimestre de 2012 também se diferenciou daquele verificado no último trimestre de 2011 e no primeiro trimestre de

Gráfico 2 - Taxa de Variação Trimestral das Exportações e das Importações Brasileiras: valor, preço e *quantum* (em relação ao mesmo trimestre do ano anterior) (em %)



Fonte: FUNCEX a partir de dados da SECEX.

■ Valor ■ Preços ■ Quantum

2012 na comparação com os mesmos períodos de anos anteriores, quando houve expressiva elevação dos valores importados (respectivamente, 19,7% e 9,5%), sobretudo alavancados pelo aumento de preços (respectivamente, 13,1% e 6,3%), mas com contribuição não desprezível das quantidades importadas (respectivamente, 6,0% e 3,0%). Dados de importação do segundo trimestre do ano mostraram, portanto, interessante arrefecimento da tendência de elevação das compras externas brasileiras em período recente, talvez, associado à perda de ímpeto do crescimento do produto brasileiro e à desvalorização da moeda nacional.

Cabe complementar que o tímido aumento dos valores importados no segundo trimestre de 2012 em relação a igual período de 2011 resultou de comportamentos bastante diferenciados entre as categorias de uso analisadas. Enquanto os combustíveis, os bens de capital e, em menor medida, os bens de consumo não duráveis apresentaram expressiva elevação de seus valores importados (17,3%, 5,2% e 4,5%, respectivamente), liderados pelo incremento das quantidades importadas, os bens de consumo duráveis e os intermediários mostraram importante redução de seus valores importados (-13,4% e -5,5%, respectivamente). Refletiram, sem distinção, o comportamento do *quantum* importado, cuja contração foi mais acentuada no caso dos bens duráveis (-16,8%) (FUNCEX). Destaca-se, portanto, a positiva perda de dinamismo da importação de bens de consumo duráveis no segundo trimestre igualmente observada no primeiro trimestre do ano corrente, confirmando a reversão do comportamento apresentado no último trimestre de 2011, quando os bens duráveis seguiram, de forma preocupante, os combustíveis na liderança das importações.

Mesmo em contexto de desvalorização cambial e perda de ímpeto da importação de bens de consumo duráveis, deve-se insistir na necessidade de vigilância sobre a atividade importadora brasileira, pois tem sido acompanhada, no caso de algumas categorias de uso, como bens de consumo semiduráveis e não duráveis e de produtos específicos, como alimentos e vestuário, pela preocupante substituição de produção doméstica. No caso do grupo de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, houve aumento do *quantum* importado e queda de produção física no primeiro trimestre de 2012 comparado ao mesmo período de 2011. O desempenho das quantidades importa-

das e produção doméstica dos bens de consumo semiduráveis e não duráveis no segundo trimestre de 2012 confirmou o transbordamento do estímulo da demanda interna à produção estrangeira em detrimento da produção nacional, diferenciando-se do comportamento observado no primeiro trimestre de 2012, quando a produção doméstica havia sido igualmente estimulada. Espera-se a continuação de esforços no sentido de suavizar as dificuldades enfrentadas pela produção brasileira diante da atitude agressiva de produtores estrangeiros nas transações comerciais internacionais, em ambiente de incerteza quanto à recuperação econômica dos países desenvolvidos.

Em cenário de desaceleração trimestral do superávit comercial brasileiro na comparação com os mesmos períodos de anos anteriores, deve-se ressaltar a superioridade do saldo comercial atingido no segundo trimestre (US\$ 4,6 bilhões) frente ao primeiro trimestre de 2012 (US\$ 2,4 bilhões), considerando o crescimento mais expressivo das exportações (12,8%) com relação à expansão relativamente mais modesta das importações (9,2%) do primeiro para o segundo trimestre de 2012 (FUNCEX). Em que pese o efeito sazonal perceptível no segundo trimestre de cada ano, a elevação do superávit comercial no período de abril a junho do ano corrente provocou a revisão para cima das expectativas do governo e do empresariado no que se refere ao saldo comercial para o ano de 2012. Mesmo assim, espera-se um resultado anual do superávit comercial brasileiro bem mais tímido do que o apresentado no ano passado, que atingiu o patamar de US\$ 29,8 bilhões.

As informações analisadas anteriormente mostram, por um lado, a forte retração da atividade industrial que se vem verificando desde o final de 2011. Ao mesmo tempo, as informações mais recentes também começam a mostrar indícios de melhora na margem, embora em nível ainda bastante tímido. Espera-se que o conjunto de medidas de estímulo à atividade produtiva que vem sendo anunciado possa acelerar a retomada da atividade industrial. De especial importância, é a recuperação do nível de investimento. Um maior nível de investimento é importante tanto pela ótica da demanda quanto pela capacidade de alterar as condições futuras de oferta, modernizando o parque produtivo, incorporando novos produtos e processos produtivos e removendo gargalos de infraestrutura que podem resultar em maior competitividade e maior nível de produtividade.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO RECENTE DO EMPREGO E DA MASSA SALARIAL NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Esta seção do *Boletim* analisa de forma mais detalhada a questão do emprego e da massa salarial na indústria brasileira em período recente. A perda de dinamismo da indústria brasileira certamente tem afetado sua capacidade de gerar postos de trabalho. Os dados aqui analisados apontam para uma desaceleração da geração de emprego industrial e para grandes perdas em termos de massa salarial.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) mostram uma geração líquida de 62.892 postos de trabalho formais entre abril e junho de 2012, superando os 53.742 postos de trabalho gerados entre janeiro e março em pouco mais de nove mil unidades. Na comparação com o segundo trimestre do último triênio, somente o ano de 2009 apresentou inferior desempenho na geração de empregos industriais (Tabela 1). Deve-se ressaltar que o primeiro semestre de 2009 concentrou os efeitos da crise internacional. Nos meses de abril a junho de 2010 e 2011, houve criação de mais de 100 mil postos de trabalho na indústria brasileira, chegando muito próximo aos 190 mil em 2010, mas apresentando uma desaceleração para algo em torno de 117 mil em 2011, o que voltou a se re-

petir em 2012. Em termos relativos, houve redução de 37% na geração de empregos industriais entre abril e junho de 2011 frente ao mesmo período de 2010 e contração de 46% na comparação do mesmo período de 2012 com o de 2011. Considerando a soma dos seis primeiros meses do ano, houve geração de 116.634 postos de trabalho em 2012, patamar inferior ao volume de emprego gerado pela indústria brasileira apenas no segundo trimestre de 2011.

Apesar da desaceleração observada na comparação com dados de anos anteriores, deve-se destacar que o desempenho da geração de emprego industrial no segundo trimestre superou o do primeiro trimestre de 2012, o que não aconteceu nos últimos anos. Pode ser um sinal de perspectivas mais promissoras em futuro próximo. O terceiro trimestre usualmente apresenta resultados mais significativos em termos de geração de empregos industriais. Desse modo, o desempenho do mercado de trabalho na indústria brasileira nos próximos meses deve ser crucial para que se identifique a existência de uma trajetória de recuperação. Os dados do CAGED referentes ao mês de julho de 2012 já foram divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego

Tabela 1 - Criação de Vagas e Massa Salarial das Contratações Líquidas na Indústria Brasileira (I/2009 a II/2012)

Ano	Criação de Vagas					Massa de Salários de Contratações Líquidas (em R\$ mil de dez/10*)				
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
2009	(146.761)	2.578	203.323	(52.009)	7.131	(308.501)	(153.828)	37.893	(105.773)	(530.209)
2010	199.187	186.139	203.873	(111.408)	477.791	104.290	76.794	92.038	(147.372)	125.750
2011	127.798	117.211	128.704	(188.217)	185.496	46.400	41.794	26.054	(228.229)	(113.981)
2012	53.742	62.892	-	-	-	(28.420)	(22.893)	-	-	-

*Dados deflacionados pelo IPCA (IBGE).

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em CAGED/MTE.

(MTE) e apontam a geração de 26.516 vagas de emprego formal na indústria brasileira. Em julho do ano passado, foram gerados pouco menos de 25 mil postos de trabalho. O desempenho de julho de 2012 é o terceiro melhor do ano até aqui, atrás apenas do comportamento observado em janeiro e abril. Julho foi o único mês em que se geraram mais empregos em 2012 na comparação com 2011, contrapondo-se ao movimento de desaceleração observado no primeiro semestre do ano corrente.

Se o termo utilizado para caracterizar o desempenho da geração e empregos formais na indústria brasileira foi “desaceleração”, no que se refere à massa salarial líquida (massa salarial dos admitidos menos a dos desligados) dos trabalhadores da indústria, o termo correto seria “retração”.

Houve perda de massa salarial tanto no primeiro trimestre (um pouco mais de 28 milhões de reais) quanto no segundo trimestre (quase 23 milhões de reais) de 2012, o que não ocorria desde 2009, quando os impactos adversos da crise mundial foram muito severos sobre a massa salarial dos trabalhadores industriais brasileiros (Tabela 1). Assim como observado com relação à geração de emprego, houve também uma desaceleração do aumento da massa salarial entre 2010 e 2011, considerando-se os primeiros trimestres de cada ano, sendo que ainda se observava uma variação positiva. A perda de massa salarial nos dois primeiros trimestres de 2012 reflete a lógica de se demitir trabalhadores com salários maiores e contratar primordialmente empregados com menores remunerações como estratégia de redução de custos. Por esse motivo, os movimentos de redução geralmente são muito mais bruscos nas massas salariais do que no nível de emprego. Sintetizando os primeiros seis meses de 2012, apesar da criação de mais de 116 mil empregos formais na indústria brasileira, houve perda de mais de 51 milhões de reais em termos de massa salarial.

Apesar de a criação de vagas na indústria brasileira ter sido maior no mês de julho de 2012 em relação ao mesmo mês de 2011, o desempenho da massa salarial não caminhou na mesma direção. Houve perda de mais de 10 milhões de reais em salários no referido mês em 2012. Já, no mês de julho do ano passado, esse resultado foi positivo em pouco mais de quatro milhões, ou seja, embora a geração de empregos possa estar caminhando para melhores resultados nos próximos meses, a avaliação referente às massas sa-

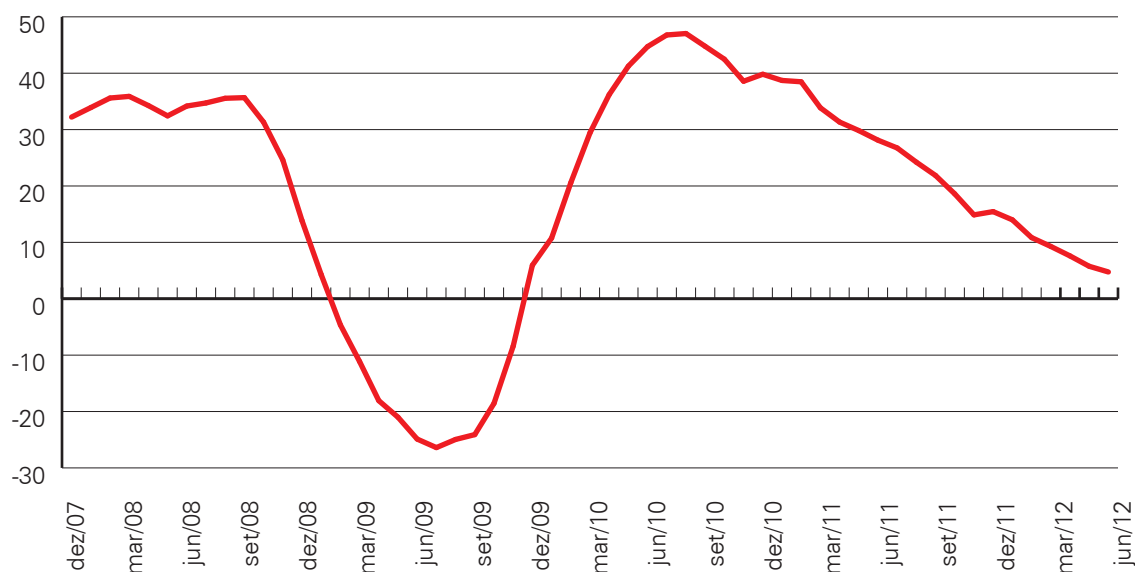
lariais não leva a um cenário otimista. Para que a massa salarial volte a aumentar, é necessário que o movimento de recuperação da atividade industrial concretize-se e ganhe mais robustez.

No *Boletim de Conjuntura Industrial de Junho de 2012*, destacou-se a desaceleração da geração de empregos industriais, analisando a média móvel (em doze meses) das contratações líquidas da indústria brasileira. Prosseguindo tal análise, percebe-se que o movimento de queda da média móvel, iniciado no segundo semestre de 2010, permanece até junho de 2012 (Gráfico 1). Em termos absolutos, criou-se uma média de 4.756 empregos formais ao mês no período de julho de 2011 a junho de 2012. Houve, portanto, uma preocupante desaceleração com relação à criação de uma média de quase 45 mil empregos ao mês no período de julho de 2009 a junho de 2010. A média foi um pouco maior do que 28 mil ao mês no período de julho de 2010 a junho de 2011, valor ainda muito superior ao observado recentemente.

Uma vez discutido o movimento geral, cabe realizar uma abertura por setor industrial. Os dados referentes ao estoque de empregos formais em 2010 e aos fluxos de contratações líquidas nos primeiros seis meses de 2011 e 2012 mostram a desaceleração da geração de empregos ou a perda de empregos para a maioria dos setores industriais no primeiro semestre de 2012, inclusive, em alguns casos, revertendo a variação positiva observada no primeiro semestre de 2011 (Tabela 2). Cabe, todavia, uma análise um pouco mais detalhada de alguns setores industriais.

Chama atenção o setor de fabricação de produtos alimentícios que emprega o maior volume de mão de obra da indústria brasileira – 18% do emprego industrial em 2010, com mais de 1,4 milhões de empregados. Tal setor apresentou clara desaceleração no primeiro semestre de 2012, quando foram gerados quase seis mil postos de trabalho, enquanto tal volume havia chegado perto de 30 mil, ou seja, quase seis vezes mais no mesmo período de 2011. O que pode servir de certo alento é que os dados de julho de 2012 mostram que o setor em questão gerou mais de seis mil empregos, valor que supera o total do primeiro semestre do ano, inclusive, o valor no mesmo mês do ano passado. Também, merece destaque o setor automotivo, bastante representativo em termos de volume de emprego, responsável por 6,5% do emprego industrial em 2010 (pouco mais

Gráfico 1 - Média Móvel⁽¹⁾ da Contratação Líquida da Indústria Brasileira
(dez/2007 a jun/2012) (em milhares de vagas)



(1) Média móvel em 12 meses. Fonte: CAGED/MTE.

de 500 mil trabalhadores). Nesse setor, houve geração de mais de 20 mil postos de trabalho no primeiro semestre de 2011 enquanto subtraíram-se quase seis mil vagas de emprego formal no mesmo período de 2012. Outros setores igualmente apresentaram perda de postos de trabalho nos primeiros seis meses de 2012: bebidas, produtos de madeira, impressão e reprodução de gravações e fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos. Tais setores, contudo, não possuem a mesma representatividade em termos do volume total de emprego gerado pela indústria brasileira.

Em contrapartida, alguns setores importantes em termos de geração de emprego apresentaram comportamento distinto da média e desempenho melhor no primeiro semestre de 2012 em relação ao mesmo período de 2011. O setor de couro e calçados, responsável por mais de 5% do emprego na indústria brasileira, gerou 14 mil postos de trabalho nos primeiros seis meses de 2011 e mil a mais em igual período de 2012. O setor têxtil, que representa 4% do emprego industrial, gerou 4.600 postos de trabalho no primeiro semestre de 2012 contra pouco mais de 1.200 no mesmo período de 2011. Por sua vez, o setor de fabricação de produtos químicos, responsável por 3,5% do emprego industrial, criou pouco mais de quatro mil vagas no primeiro semestre tanto de 2011 quanto de 2012.

Importante é destacar o setor de fabricação de derivados de petróleo e de biocombustíveis. Apesar de não ter grande representatividade em termos de volume de emprego na indústria brasileira (pouco menos de 2% em 2010) e ter apresentado desaceleração no primeiro semestre de 2012 com relação ao mesmo período de 2011, foi o único a gerar mais de 20 mil empregos formais nos seis primeiros meses do ano.

Referente à massa salarial, os dados indicam a perda líquida em praticamente todos os setores da indústria de transformação nos primeiros seis meses de 2012, o que não ocorreu em setor algum da indústria extrativa (Tabela 3). De qualquer forma, em todos os setores da indústria tanto de transformação quanto extrativa, observa-se a tendência de se demitir funcionários de salários elevados para a contratação de outros trabalhadores com salários menores. Isso pode ser observado a partir dos diferenciais negativos entre os salários dos admitidos e os salários dos desligados calculados na média de janeiro a junho de 2012. Há uma única exceção: o setor de fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, representado em grande parte pela indústria aeronáutica.

Nesse aspecto, deve-se destacar novamente o setor automotivo, que apresentou uma perda de massa salarial líquida de quase 29 milhões de reais no primeiro semestre de 2012. No mesmo

Tabela 2 - Estoque de Emprego (2010) e Criação de Vagas por Setor Industrial no Primeiro Semestre (2011 e 2012)

Setor Industrial	2010 (estoque)	2011 (1ºsem.)	2012 (1ºsem.)
Extração de Carvão Mineral	5.418	27	135
Extração de Petróleo e Gás Natural	29.294	704	688
Extração de Minerais Metálicos	65.572	6.178	4.544
Extração de Minerais Não-Metálicos	85.285	3.474	2.886
Atividades de Apoio à Extração de Minerais	25.647	1.672	1.871
Fabricação de Produtos Alimentícios	1.400.852	29.885	5.652
Fabricação de Bebidas	126.398	(1.126)	(897)
Fabricação de Produtos do Fumo	15.608	14.904	11.431
Fabricação de Produtos Têxteis	312.690	1.239	4.636
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	706.125	13.138	6.623
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	419.973	14.582	15.621
Fabricação de Produtos de Madeira	204.350	(390)	(27)
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	173.219	2.522	183
Impressão e Reprodução de Gravações	123.095	962	(193)
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	150.674	26.341	21.737
Fabricação de Produtos Químicos	271.120	4.012	4.302
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	92.472	3.570	3.094
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	446.369	8.581	4.528
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	413.722	13.718	5.771
Metalurgia	254.037	9.502	147
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	526.202	16.936	4.524
Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	165.056	10.440	(381)
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	212.780	6.728	3.271
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	373.660	14.124	4.112
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	506.160	20.389	(5.911)
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores	93.313	3.071	2.809
Fabricação de Móveis	256.352	6.606	6.249
Fabricação de Produtos Diversos	135.371	6.239	4.823
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	137.525	6.981	4.406

Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em CAGED/MTE e RAIS/MTE.

período de 2011, o setor havia apresentado um aumento de nove milhões de reais. Um fator que contribuiu fortemente foi o diferencial de salários que esteve próximo de 300 reais na média mensal.

O setor de fabricação de produtos químicos, um dos poucos que não apresentou desaceleração da geração de empregos, teve um desempenho negativo relevante em termos de salários, com um diferencial elevado (300 reais) e perda de

oito milhões de reais em termos de massa salarial líquida no primeiro semestre de 2012. Outros setores que se destacaram negativamente foram o de metalurgia (perda líquida de quase 13 milhões de reais) e o de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (perda líquida de quase 12 milhões de reais). O diferencial salarial médio apresentado pela metalurgia foi o mais elevado dentro da indústria de transformação.

Tabela 3 - Criação de Massa Salarial Líquida por Setor Industrial no Primeiro Semestre (2011 e 2012) e Diferencial Salarial Médio (2012) (em reais*)

Setor Industrial	Massa salarial líquida 2011 (1º semestre)	Massa salarial líquida 2012 (1º semestre)	Diferencial Salarial Médio 2012 (1º semestre)
Extração de Carvão Mineral	(42.419)	31.999	(227,58)
Extração de Petróleo e Gás Natural	3.889.031	2.439.021	(289,42)
Extração de Minerais Metálicos	12.082.035	6.696.510	(431,09)
Extração de Minerais Não-Metálicos	2.191.171	1.973.926	(54,79)
Atividades de Apoio à Extração de Minerais	375.534	2.578.064	(622,49)
Fabricação de Produtos Alimentícios	242.392	(2.685.888)	(22,63)
Fabricação de Bebidas	(2.978.919)	(3.863.771)	(124,42)
Fabricação de Produtos do Fumo	8.287.256	7.053.514	(348,84)
Fabricação de Produtos Têxteis	(6.496.118)	(3.546.886)	(105,07)
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	1.897.276	125.368	(26,05)
Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	5.965.453	8.978.750	(21,03)
Fabricação de Produtos de Madeira	(2.606.228)	(1.831.554)	(34,34)
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	(2.825.566)	(6.488.715)	(213,13)
Impressão e Reprodução de Gravações	(1.958.915)	(4.149.133)	(160,48)
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	32.434.950	16.867.600	(71,08)
Fabricação de Produtos Químicos	(5.269.690)	(8.019.079)	(303,51)
Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos	1.538.456	4.066.794	(171,47)
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	(81.503)	(6.751.472)	(109,44)
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	4.665.609	(4.268.641)	(88,16)
Metalurgia	1.394.277	(12.637.876)	(363,21)
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	3.390.936	(11.905.395)	(121,88)
Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos	6.715.210	(5.485.052)	(141,24)
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	2.605.987	(3.479.346)	(155,76)
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	7.020.898	(6.076.527)	(148,23)
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	9.100.293	(28.965.349)	(296,63)
Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, Exceto Veículos Automotores	1.401.945	5.844.876	59,94
Fabricação de Móveis	1.600.267	1.357.741	(57,73)
Fabricação de Produtos Diversos	2.672.145	924.815	(105,62)
Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	982.221	(97.233)	(93,09)

* Preços de dezembro de 2010. Dados deflacionados pelo IPCA (IBGE).
Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em CAGED/MTE.

No sentido contrário, três setores industriais mantiveram representatividade positiva na geração líquida de massa salarial: fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (ganho líquido de pouco menos de seis milhões de reais), couro e calçados (nove milhões) e, com grande destaque, o setor de fabricação de derivados de petróleo e biocombustíveis, com quase 17 milhões de reais de massa salarial líquida gerada entre janeiro e junho de 2012.

Por fim, cabe notar que os setores da indústria extrativa apresentaram diferenciais salariais médios negativos e extremamente elevados, mas ainda assim mostraram ganhos de massa salarial líquida, o que se deve à geração efetiva de postos de trabalho em tais setores no período analisado (Tabela 3).

De maneira a complementar a análise, os dados da Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salários (PIMES/IBGE)¹ também apontam para uma desaceleração da geração de empregos na indústria brasileira. Com base na comparação de dados da PIMES/IBGE com os da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF/IBGE), pode-se extrair algumas conclusões relevantes.

Percebe-se, por um lado, que as oscilações da produção física são muito maiores do que as do emprego industrial, que variou muito pouco entre 2009 e 2012 (Gráfico 2). Por outro lado, observa-se perda de dinamismo tanto da produção física quanto do emprego industrial na variação acumulada ao longo de 2012 e nos últimos doze meses terminados em junho de 2012 (Gráfico 3). No caso da produção física, a perda foi mais intensa no período analisado.

¹ A PIMES/IBGE tem cobertura amostral, incluindo empresas com cinco funcionários ou mais, enquanto o CAGED/MTE apresenta os resultados de todas as empresas que realizaram contratação/desligamento de empregados formais no período pesquisado, tendo, assim, cobertura censitária. Portanto, podem-se encontrar tendências divergentes nas duas fontes de dados utilizadas, principalmente em setores com predomínio de pequenas e médias empresas.

Gráfico 2 - Evolução da Produção Física e do Emprego Industrial
(jan/2009 a jun/2012) (em números-índice – jan/2009 = 100)

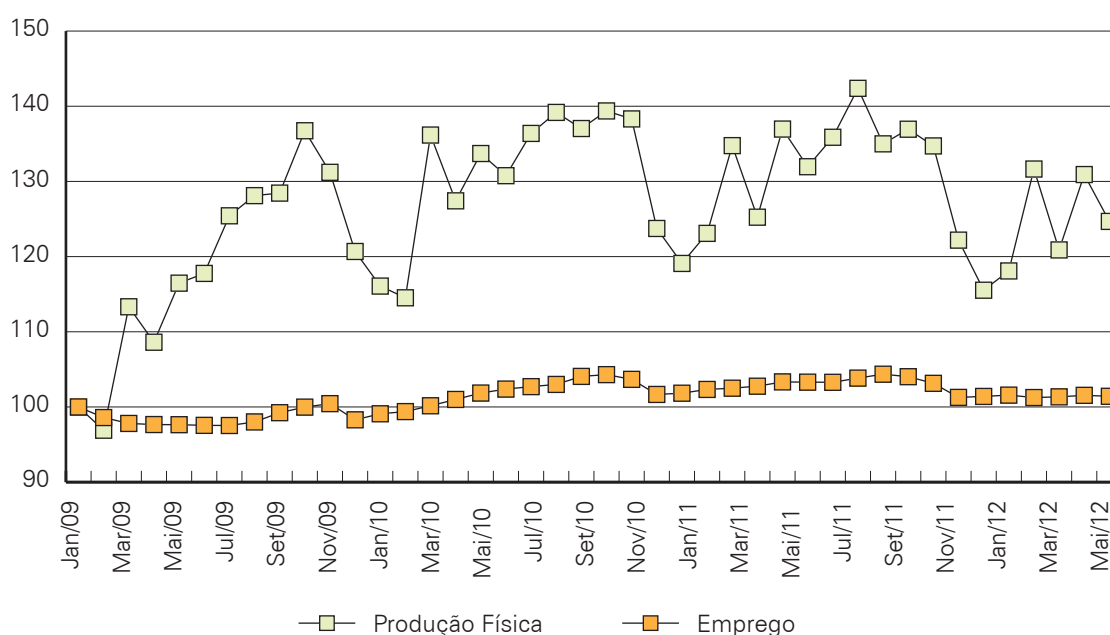
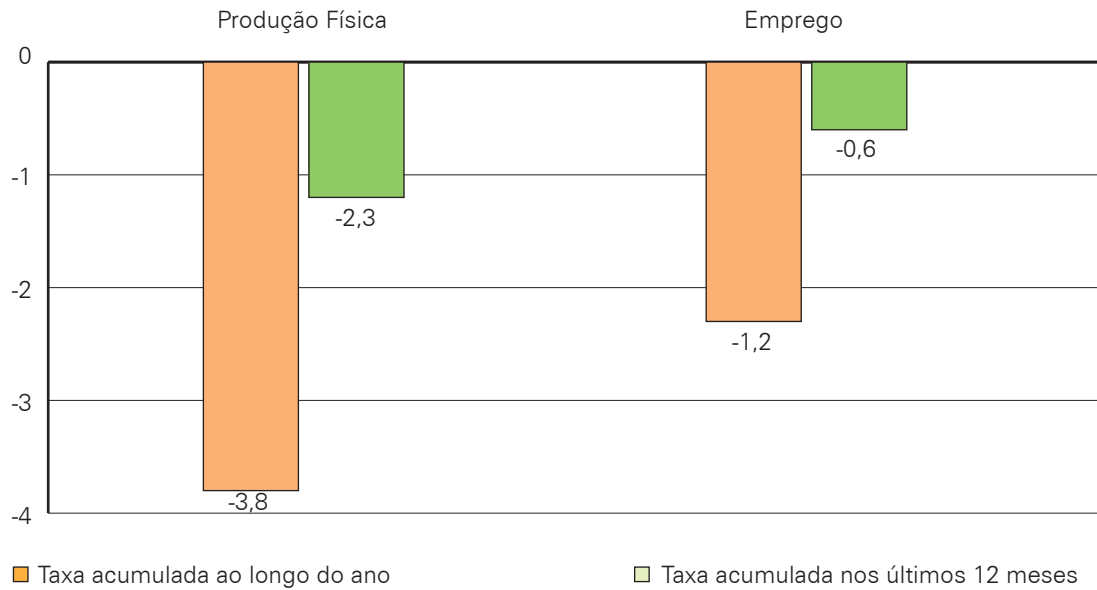


Gráfico 3 - Variação da Produção Física e do Emprego Industrial (jan/2009 a jun/2012) (em %)



Fonte: Elaboração NEIT/IE/UNICAMP com base em PIMES/IBGE e PIM-PF/IBGE.

Em síntese, os dados do CAGED e da PIMES apontam no mesmo sentido: existe uma desaceleração da geração de empregos na indústria brasileira. Mantém-se, contudo, o movimento de criação de postos de trabalho, embora de forma mais modesta e a desaceleração tem sido menos brusca do que a apresentada pela produção física. Em termos de massa salarial, perdas significativas podem ser observadas na indústria brasileira. Isso tem representado redução do poder de compra dos trabalhadores, podendo dificultar a recuperação econômica se afetar negativamente as expectativas empresariais quanto à evolução da demanda e à rentabilidade de novos projetos de investimento. Em tal caso, os efeitos sobre o emprego seriam decerto mais sérios no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)/Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT)/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **Boletim de Conjuntura Industrial**. Março e Junho de 2012.

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). **Carta da Anfavea**, número 316, setembro de 2012.

Fundação Centro de Estudos para o Comércio Exterior (FUNCEX). **Boletim de Comércio Exterior**. Vários números.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF)**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais**. Contas Trimestrais.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Estatísticas de Comércio Exterior**. Vários anos.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**.

Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). **Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS)**.

